

**ATA DA QUINTA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL - COFIS, DA CEARAPREV,
REALIZADA ÀS 14H30, DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2023
(SEGUNDA-FEIRA), NO PRÉDIO DA FUNDAÇÃO.**

Em nove (09) de outubro de 2023, às 14h30, no edifício da CEARAPREV, situado na Rua Vinte e Cinco de Março, 300, Centro, Fortaleza, os conselheiros do Conselho Fiscal (COFIS), juntamente com diretores e gerentes da CEARAPREV, reuniram-se para a realização da quinta reunião do COFIS. Estavam presentes: **Marcelo de Sousa Monteiro** (Presidente do COFIS), **Átila Einstein Oliveira** (Conselheiro Titular), **Pedro Paulo Lopes Vieira** (Conselheiro Titular), **Aline Carvalho** (CearaPar), **Paulo Amílcar Proença Sucupira** (Diretor de Gestão de Investimentos), **Adriano Pinheiro dos Santos** (Diretor de Desenvolvimento Institucional e Governança), **José Roberto Carvalho Claudino** (Consultor da T.I), **Sérgio Bastos de Castro** (Assessor de Controle Interno), **Paula Campos Thiers Monteiro** (Assessora Especial), **Oscar Saldanha do Nascimento** (Diretor Administrativo-Financeiro), **Isaac Figueiredo de Sousa** (Diretor de Estudos Econômicos e Atuariais), **Déborah Alice Albano Teixeira** (Gerente da TI), **Antônio Camara Júnior** (Diretor de Governança e Análise de Dados), **Jeffson de Holanda Machado** (Diretor de Serviços e Qualidade de Vida), **Andréa Kelly Silva Duarte** (Diretora Jurídica), **Araguacy Moreira Veras Júnior** (Analista da T.I) e **Carlos Eduardo Marino** (Presidente da CearaPar) a fim de discutirem a pauta do dia. O Sr. Marcelo de Sousa Monteiro deu as boas-vindas e presidiu a reunião, proporcionando uma introdução aos assuntos que seriam discutidos no dia. Paula Thiers saudou e registrou os presentes de forma nominal, além de colaborar na secretaria da reunião.

PRIMEIRO ITEM DA PAUTA: CearaPar. O primeiro item da pauta da reunião abordou a CearaPar, sua situação patrimonial e as estratégias em prol da previdência estadual. A apresentação foi conduzida pelo Sr. Carlos Eduardo, que iniciou cumprimentando e agradecendo pelo convite. Em seguida, abordou a criação e a trajetória da CearaPar, além de detalhar o organograma e os conselhos que compõem o órgão. Ele explicou que a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000 possui um artigo específico que aborda o "ativo e o patrimônio". Esse artigo estipula que os recursos provenientes da alienação de bens dos entes federados devem ser destinados a despesas de capital. Portanto, naquela legislação, os ativos públicos não eram considerados ativos, mas sim parte do patrimônio. A distinção crucial entre os dois é que um ativo só é considerado como tal se tiver a capacidade de gerar receita ao longo do tempo, enquanto o patrimônio não tem essa característica de geração de receita. Na Gestão de Ativos Públicos no Ceará, abrangemos diversas categorias. Isso inclui os ativos imobiliários, que englobam imóveis e direitos sobre a propriedade, os ativos econômicos, compreendendo participações societárias, os

ativos financeiros, que englobam a dívida ativa parcelada e outros títulos, e por fim, outros ativos, como equipamentos e obras de arte. Os indicadores de desempenho, requisitos de transparência e restrições foram fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas tal norma apresenta apenas regras elementares de transparência associadas a alienação de ativos públicos e uma única obrigação. Segundo o balanço geral do Estado de 2022, os "ativos públicos do Estado" registraram um ativo não-circulante de R\$ 47 bilhões, sendo R\$ 23,9 bilhões referentes a bens imóveis, R\$ 5,9 bilhões em participações, R\$ 11,7 bilhões em crédito a longo prazo (dívida ativa), e outros ativos totalizando R\$ 5,5 bilhões. De acordo com o balanço do Ministério da Economia e do Estado do Ceará em 2021, o cenário dos ativos públicos estaduais apresentou os seguintes indicadores: receita imobiliária de 0,04%, dividendos de 1,64%, lucro de 3,33%, IPCA de 10,06%, Selic de 4,52% e custos dos imóveis de 9,25%. Conforme dados da Seplag(SGBI)/2022, o acervo imobiliário da administração direta apresentou os seguintes números: sem registro cartorial, disponíveis foram 500, em uso 2362, indefinidos 207, totalizando 3069; com registro cartorial, disponíveis foram 547, em uso 1976, indefinidos 66, totalizando 2589. Em concordância com a CVM, em 2022, os ativos imobiliários do Estado do Ceará com os maiores fundos imobiliários da B3, observou-se que o patrimônio imobiliário do Estado foi avaliado em R\$ 23,9 bilhões. Além disso, os principais desafios na gestão dos ativos imobiliários do Estado do Ceará incluem a falta de um planejamento estratégico abrangente da Administração Pública estadual, ausência de uma avaliação do ativo imobiliário com base em preços de mercado, maior parte dos imóveis não estão regularizados, não existindo nenhuma meta de regularização, quantidade significativa de imóveis sem uso e/ou cedidos gratuitamente. Em conformidade com o balanço geral do Estado de 2022, o valor das participações societárias em relação ao patrimônio líquido do Estado foi de 4,4 bilhões. Ademais, os principais desafios na gestão das participações societárias do Estado incluem a necessidade de gerenciar uma quantidade significativa de informações, ausência de instrumentos de alinhamento estratégico entre acionista e administração, necessidade de maior compreensão do acionista sobre a performance do empreendimento, ausência de compreensão do mercado e tendências para definição de novas oportunidades de investimento e desinvestimento. Por fim, o potencial de retorno dos ativos públicos do Estado do Ceará ao longo de 10 anos é estimado da seguinte forma: na situação atual, R\$ 0,99 bilhões; de acordo com a previsão da Adece, R\$ 6,6 bilhões; conforme a previsão da CearaPar, R\$ 4,3 bilhões; e de acordo com o referencial, R\$ 7,9 bilhões. Ao finalizar sua apresentação, Carlos Eduardo esclarece algumas dúvidas, responde a perguntas e expressa sua gratidão pela atenção de todos.

SEGUNDO ITEM DA PAUTA: Atas do CEPPS. Na pauta da reunião, o segundo item tratou das Atas do CEPPS, disponibilizando-as para conhecimento dos conselheiros. A apresentação foi

conduzida pela Sra. Paula Thiers, que iniciou saudando a todos. Prontamente, mencionou que há duas Atas que ainda não foram assinadas. Explicou que isso já foi identificado e acrescentou que há também algumas Atas da gestão anterior que necessitam de atenção. Concluiu que disponibilizará as minutas e tomará as providências necessárias para que os conselheiros possam assiná-las em um momento subsequente. Desta forma, as Atas serão enviadas devidamente assinadas. O conselheiro Marcelo Monteiro mencionou que consultou o site da Cearaprev, mas não encontrou nada disponível na internet. Paula explicou que as Atas estarão disponíveis em breve, e a ausência se deve à falta de assinaturas, o que também ocorre com as Atas do Cofis, onde ocorreram três reuniões este ano, mas ainda não foram assinadas. Serão enviadas duas Atas hoje para os conselheiros revisarem, e na segunda-feira começaremos a coletar as assinaturas, como sugerido na reunião anterior, começando com cinco Atas. Em seguida, as Atas do Cofis e Cepps serão disponibilizadas no site da Cearaprev. **TERCEIRO ITEM DA PAUTA: Análise TCE.** Na pauta da reunião, o terceiro item tratou sobre a situação da análise do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE nas contas de gestão. A apresentação foi conduzida pelo Sr. Sérgio Bastos, que começou cumprimentando a todos. Logo depois, comentou sobre as prestações de contas dos exercícios de 2014 a 2017 para o TCE do Previd, Funaprev e Prevmilitar, as quais foram julgadas como regulares. Em relação às contas de 2018, o Prevmilitar foi julgado com ressalvas pelo Ministério Público - MP e está em análise, enquanto o Previd e o Funaprev foram considerados regulares. Para o ano de 2019, as contas do Previd, Funaprev, Prevmilitar e Cearaprev receberam parecer de regularidade. Vale ressaltar que a Cearaprev começou suas atividades em março de 2019, não havendo execução orçamentária em anos anteriores. Por outro lado, as contas de 2020 do Previd, Funaprev, Prevmilitar e Cearaprev estão atualmente em processo de análise. Ainda não houve manifestação sobre as contas de 2021 e 2022. O TCE determinou a elaboração de um plano de ação que incluía atividades, responsáveis e um cronograma fundamentado para a transição de pessoal terceirizado para quadro efetivo próprio, por meio da realização de um concurso público. O Sr. Sérgio Bastos concluiu sua apresentação e abriu-se um espaço para perguntas, iniciando assim um debate entre os conselheiros e os demais presentes. O assunto foi encerrado com a sugestão do conselheiro Pedro Paulo de apresentar um esboço mais concreto e com elementos mais detalhados do plano na próxima reunião ordinária. O presidente Marcelo Monteiro concordou com a sugestão e a acatou. **QUARTO ITEM DA PAUTA: Política Anual de Investimentos.** Na sequência, o quarto ponto da reunião abordou a Política Anual de Investimentos com a apresentação do desempenho da carteira Previd até o mês de agosto de 2023. A apresentação ficou a cargo do Sr. Paulo Sucupira, que iniciou cumprimentando a todos os presentes. Logo depois, abordou-se o primeiro

item, o artigo 7ºI, alínea a, referente aos Títulos do Tesouro Nacional. Estes apresentaram um rendimento de 0,57% no mês de agosto, acumulando um ganho de 7,37% no ano. Representando 63,28% da carteira e correspondendo a um valor de R\$ 809,7 milhões de reais. O segundo item refere-se ao artigo 7ºI, alínea b, que abrange fundos compostos exclusivamente por Títulos Públicos. Estes apresentaram um rendimento de 0,83% no mês de agosto, acumulando um ganho de 8,33% no ano. Representando 28,09% da carteira e correspondendo a um valor de R\$ 359,3 milhões de reais. O terceiro item corresponde ao artigo 7ºIII, alínea a, que abrange os fundos de renda fixa. Estes obtiveram um rendimento de 1,25% no mês de agosto, acumulando um ganho de 9,11% no ano. Representando 5,34% da carteira e correspondendo a um valor de R\$ 68,2 milhões de reais. Considerando o total de investimentos em Renda Fixa, houve um rendimento de 0,68% no mês de agosto, totalizando um ganho de 7,84% no ano. Esta categoria representa 96,71% da carteira, o que equivale a R\$ 1,2 bilhão. O quarto item corresponde ao artigo 8ºI, referente aos fundos de ações. Em agosto, registraram um rendimento de -9,23%, acumulando um ganho de 1,92% no ano. Representando 1,44% da carteira, correspondem a um valor de R\$ 18,4 milhões. O quinto item refere-se ao artigo 9ºIII, representando os fundos de ações - BDR nível I. No mês de agosto, registraram um rendimento de 2,90%, acumulando um ganho de 20,35% no ano. Compondo 1,85% da carteira, correspondem a um valor de R\$ 23,6 milhões. Assim, a carteira Previd totalizou no mês de agosto um rendimento de 0,56%, com ganho acumulado de 8,26% no ano, representando 100% da carteira, o que corresponde a R\$ 1,279 bilhão. A política de investimento compreende o enquadramento da carteira, abrangendo os artigos 7º I a e b, e 7ºIII a, que se referem à renda fixa, representando 96,71% da carteira, totalizando R\$ 1,237 bilhão. Detalhando, o artigo 7ºI, alínea a, teve o projetado de 57,40% e o realizado 63,28%; o artigo 7ºI, alínea b, teve o projetado de 20,33% e o realizado 28,09%; e o artigo 7ºIII, alínea a, teve o projetado de 22,27% e o realizado 5,34%. Quanto ao artigo 8ºI, relacionado à renda variável, compõe 1,44% da carteira, correspondendo a R\$ 18,4 milhões. Por fim, o artigo 9ºIII, que engloba os investimentos no exterior, representa 1,85% da carteira, equivalendo a R\$ 23,6 milhões. Na análise da rentabilidade por artigos, observamos os seguintes resultados: o artigo 7ºI, alínea a, registrou ganhos de R\$ 4,5 milhões no mês de agosto e acumula um total de R\$ 50,4 milhões no ano. No artigo 7ºI, alínea b, tivemos um rendimento de R\$ 2,9 milhões em agosto, totalizando R\$ 27,8 milhões no ano. O artigo 7ºIII, alínea a, observamos um ganho de R\$ 975 mil em agosto e um total de R\$ 11,7 milhões no ano. No artigo 8ºI, embora tenhamos registrado uma queda de R\$ 1,8 milhão em agosto, o acumulado anual apresenta um ganho de R\$ 348 mil. Já no artigo 9ºIII, a rentabilidade em agosto foi de R\$ 668 mil, somando R\$ 4 milhões no ano. Considerando todos os artigos, o Previd obteve um ganho de R\$ 7,2 milhões

no mês de agosto e um total de R\$ 100,8 milhões no ano. Na avaliação da liquidez para prazos superiores a 365 dias, que abrange os Fundos de Vértice e os Títulos Públicos, observamos um total de R\$ 840,9 milhões, representando 65,72% da carteira. O montante acumulado atinge R\$ 1,2 bilhão, correspondendo a 100% do portfólio. Na "alocação por artigo", os três maiores são o artigo 7º I, alínea a, representando 63,28%; o artigo 7º I, alínea b, com 28,09%, e o artigo 7º III, alínea a, com 5,34%. Em relação à "alocação por estratégia", os três principais são o IPCA, com 63,28%, o IMA-B, com 18,60%, e o CDI, com 5,34%. Por fim, na "alocação por gestor", temos o Tesouro Nacional com 63,28%, a Caixa DTVM com 29,52%, o BRAM com 4,07%, o BB com 1,89% e o BTG Pactual com 1,24%. Nossa rentabilidade da carteira, com 8,26% ao ano, em comparação com a meta atuarial (IPCA + 4%) de 5,97%, demonstra uma diferença de pró-rentabilidade de 2,29%. Isso indica que estamos superando a meta atuarial e caminhando para recuperar as perdas durante a pandemia. O Sr. Paulo Sucupira encerrou sua apresentação com uma análise de risco e colocou-se à disposição para perguntas, dando início a um debate entre os conselheiros e demais participantes. O tópico foi concluído com uma questão levantada pelo conselheiro Átila Einstein, que sugeriu a apresentação, na próxima reunião, de um fluxo projetado de passivos e de investimentos. Isso nos proporcionaria uma visão clara de como os fluxos estão planejados em cada ponto e se há possibilidade de descompasso. Os conselheiros Marcelo Monteiro e Pedro Paulo concordaram em abordar a deliberação e as atribuições do conselho na próxima reunião. Em seguida, o Sr. Sérgio Bastos comprometeu-se a enviar um documento detalhando as competências do conselho. **QUINTO ITEM DA PAUTA:** O Sr. Isaac Figueiredo prosseguiu com o quinto ponto da reunião, abordando o histórico contábil-financeiro do RPPS no Estado do Ceará. Ele iniciou sua apresentação saudando a todos os presentes. Em seguida, trouxe à tona a trajetória da Previdência do Estado do Ceará, que teve início com o IPEC em meados de 1938. Em 1999, surgiu o fundo SUPSEC, o que levou o Estado a duas administrações da previdência, o IPEC e a Sefaz para pensões, e as setoriais com as aposentadorias. Posteriormente, em 2004, o Estado consolidou a gestão das aposentadorias sob a Seplag. Em 2007, a Sefaz deixou de gerir as pensões, passando a responsabilidade para a Seplag. Finalmente, em 2018, foi criada a Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará, a Cearaprev, pela Lei Complementar N.º 184, para administrar o regime próprio de previdência social dos servidores públicos civis e militares estaduais, denominado Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará - SUPSEC. A Cearaprev ficou vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG. O Sr. Isaac conclui sua apresentação indagando sobre as necessidades específicas em relação ao tema abordado, solicitando detalhes adicionais à pessoa que propôs a inclusão deste ponto na pauta. O Conselheiro Pedro Paulo enfatizou que o objetivo

desta pauta é promover um alinhamento mais efetivo das informações entre a Cearaprev e o conselho. Ele também expressou sua aprovação à sugestão feita pelo Sr. Adriano Pinheiro sobre a implementação de um programa de educação previdenciária. O Sr. Isaac acrescentou que, com base no que foi discutido, elaborará um Plano de Ação que abrange a unificação das informações previdenciárias e a implementação do programa de educação previdenciária. O Sr. Marcelo Monteiro concluiu a reunião ao comunicar ao Sr. Adriano Pinheiro que os conselheiros Antônio de Pádua Freitas e Pedro Paulo Lopes Vieira ainda não têm suplentes designados.

AGENDAMENTO DA PRÓXIMA REUNIÃO: Ao término, ficou acordado que a próxima reunião do Conselho está marcada para o dia 04 de dezembro de 2023, às 14h30. Esta será a sexta reunião. A pauta incluirá os seguintes tópicos: 1) Apresentação de um plano de ação em relação as prestações de contas anuais; 2) A necessidade de um fluxo projetado de ativo e passivo; 3) Situação dos investimentos; 4) Responsabilidade dos conselheiros fiscais; 5) Proposta de apresentação do histórico contábil-financeiro do regime próprio do estado, bem como a elaboração de material para educação previdenciária. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ATA por mim, Gustavo Regis Lopes Martins Vieira e assinada pelos membros titulares e suplentes.



Marcelo de Sousa Monteiro
Presidente do COFIS



Pedro Paulo Lopes Vieira
Conselheiro titular



Átila Einstein Oliveira
Conselheiro titular

Dr. Átila Einstein de Oliveira
Perito Geral Adjunto - JPGA
Matrícula: 16399313